

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE AGOSTO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Basílio Zanusso e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Edno Guimarães, PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Serafina Carrilho; PPB: Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Durval Amaral; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; (32). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Cesar Seleme, Nelson Garcia, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Fernando Guimarães, Edson Strapasson, Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho (22).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 032/2002

Curitiba, 09 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Santo Antonio do Caiuá, do imóvel de propriedade do Estado, situado no referido município à Avenida São João, quadra 03, com área de 600,00 m2, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná, sob nº 11.724. Dispõe ainda que tal cessão poderá ser prorrogada mediante consenso entre as partes e que o imóvel objetivado será utilizado exclusivamente para abrigar barracão de múltiplo uso naquele município, em parceria com o Governo Federal, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de tal cessão tornar-se automaticamente sem efeito, não cabendo qualquer ressarcimento e independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Certo de que a medida ora proposta, por consultar aos superiores interesses públicos, merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso ao município de Santo Antonio do Caiuá, do imóvel de propriedade do Estado, situado no referido município à Avenida São João, quadra 03, com área de 600,00 m2, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná, sob nº 11.724.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo será utilizado exclusivamente para abrigar barracão de múltiplo uso naquele município, em parceria com o Governo Federal, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de tal cessão tornar-se automaticamente sem efeito, não cabendo qualquer ressarcimento e independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei será cedido até 31/12/2002, permitida prorrogação mediante consenso entre as partes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 033/2002

Curitiba, 12 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que “os entes da administração pública” direta ou indireta, do Estado do Paraná, poderão compensar débitos, vencidos ou vincendos, relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Fazenda do Estado, com créditos, líquidos e certos, que detenham, inclusive por cessão, contra a União Fede-

ral e que por ela sejam aceitos para quitação de débitos correntes do Estado junto à mesma.

Assim, ressalta-se que os referidos créditos somente serão aceitos pela Secretaria da Fazenda, quando houver expressa autorização da União Federal na condição de credora de obrigações do Estado.

O plano de lei em referência foi elaborado por técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda e encaminhado à Governadoria do Estado, através do Ofício nº 237/2002, de 22 de julho próximo passado, firmado pelo titular daquela pasta e protocolado sob nº 5.256.031-4, onde encontra-se justificativa esclarecendo que “o presente anteprojeto de lei consulta os interesses da administração pública uma vez que a compensação nele mencionada permitirá que os entes da administração pública direta ou indireta tenham liquidados os seus créditos contra a União Federal e o Estado do Paraná tenha o seu débito com a União Federal quitado.”

Certo de que a medida ora proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os entes da administração pública, direta ou indireta, do Estado do Paraná, poderão compensar débitos, vencidos ou vincendos, relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, com créditos, líquidos e certos, que detenham, inclusive por cessão, contra a União Federal e que por ela sejam aceitos para quitação de débitos correntes do Estado junto à mesma.

Art. 2º - O requerimento de compensação será protocolizado na Secretaria de Estado da Fazenda, devidamente instruído com a prova do crédito e da sua aceitação pela União Federal para a quitação, total ou parcial, dos débitos correntes do Estado do Paraná.

Art. 3º - Devidamente instruído, o pedido de compensação será submetido à aprovação pelo Secretário da Fazenda e, atendidos os requisitos estabelecidos, encaminhado à Coordenação da Receita do Estado - Inspetoria Geral de Arrecadação, que providenciará a compensação, até o valor total do crédito, com os débitos, próprios ou de terceiros, indicados pelo titular do crédito.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 129/2002, do Sr. José Luiz da Cunha, gerente de Orçamento e Finanças, comunicando convênio celebrado entre a Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, com conveniente, visando a execução de atividades hidrológicas das bacias 6 e 8. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 215/2002, da Sra. Mônica Messenberg Guimarães, secretária executiva do FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 111/2002, do Sr. José Jayme Belicha Fonseca, coordenador geral de gestão do Fundo Nacional Antidrogas, comunicando convênio celebrado entre a Secretaria Nacional Antidrogas e a Associação Padre João Ceconello, no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com o objetivo de realizar cursos de formação e capacitação de agente da pastoral da sobriedade, a nível nacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1615/2002, do Sr. Rivaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, liberou os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Rico/PR, para apoiar a realização da Primeira Feira do Peixe, Seminário, Treinamento e Capacitação de Produtores. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1593/2002, do Sr. Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, liberou os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Paranacity/PR, para apoiar a realização da 1ª Feira Agroindustrial de Paranacity. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 59/2002, do Sr. José Ferreira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais, de Ação Continuada e Abrigo/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 65-B/2002, do Sr. José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social,

destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais, de Ação Continuada e Abrigo/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 65-A/2002, do Sr. José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, referentes ao Programa de Agente Jovem. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 65/2002, do Sr. José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$494.850,00, sendo R\$318.180,00 para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$176.670,00, destinados a manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 66/2002, do Sr. José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1437/2002, do Sr. Alceu Fernandes Molina Júnior, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo - substituto, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, liberou recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Cambira, para apoiar a realização da 2ª Exposição Agropecuária e Industrial de Cambira. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1492/2002, do Sr. Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, liberou recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá/PR, para apoiar a realização da 1ª Exposição Agroindustrial de Santo Antônio do Caiuá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 172/2002, da Sra. Mônica Messenberg Guimarães, secretária executiva do FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/424, 425, 426, 427 e 428/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

195/2002: de autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do

imóvel que especifica, situado nesta Capital, à Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, o qual foi convertido em Lei nº 13.735. **Anote-se - Arquite-se.**

354/2002: de autoria do deputado Basílio Zanusso que, autoriza a criação do Campus de Colorado da Universidade Estadual de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.736. **Anote-se - Arquite-se.**

421/1997: de autoria do deputado Durval Amaral que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Sertãoópolis/PR., o qual foi convertido em Lei nº 13.737. **Anote-se - Arquite-se.**

112/2002: de autoria do deputado Luiz Carlos Martins que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Prefeitura Municipal de Morretes, o qual foi convertido em Lei nº 13.738. **Anote-se - Arquite-se.**

474/2002: de autoria do deputado Durval Amaral que, dá nova redação ao § 2º, do art. 29, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, o qual foi convertido em Lei nº 13.739. **Anote-se - Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2040-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.08.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2025

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao senhor Pedro Bazotti, pelo falecimento de sua esposa, senhora Delude Bazotti, ocorrido em Japurá, no dia 06 de agosto de 2002.

Sala das Sessões, em 13.08.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2026

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar a família Rozão, pelo falecimento do senhor Pedro Rozão Pinto, ocorrido em Cianorte, no dia 09 de maio de 2002.

Sala das Sessões, em 13.08.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos e profundo pesar pelo falecimento do senhor Avelino Dal Prá, aos 67 anos de idade, ocorrido no dia 03.08.2002, na cidade de Paranavaí-PR.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Avelino Dal Prá, nascido em 31.10.1934, no município de Sananduva- RS, descendente de imigrantes italianos, filho de Ida e Domingos Dal Prá. Em 1957 casou-se com Ida Sguissardi Dal Prá, mudou-se para a cidade de Alto Paraná -PR, comercializando, junto com seus irmãos, cereais, em 1959, mudou-se para o município de Paranavaí e continuou suas atividades no comércio de cereais e expandiu as atividades para pecuária, madeira e veículos,

Deixou 04 filhas: Mary, Denise Regina, Leoni Lúcia e Ieda Helena, 04 netos, 02 netas e 1 bisneta, foi um homem simples, mas conseguiu dar uma boa educação a todas as suas filhas, deixando como exemplo sua dedicação ao trabalho, honestidade e lealdade.

Avelino Dal Prá foi um esposo e pai dedicado, amigo leal, um exemplo de cidadão, gozava de grande respeito e carinho por todos os seus familiares e amigos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Avelino Dal Prá, enviando votos de profundo pesar ao senhor Dionísio Assis Dal Prá e familiares, à Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 3.155- CEP 87.700.000- Paranavaí - PR.

REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Justus, pelo falecimento do senhor Nelson Macedo Justus, pai do Exmo. Sr. Nelson Justus, nosso companheiro nesta Casa de Leis e dos senhores Carlos e Gil.

Eternas lembranças ficarão na memória de todos os que tiveram prazer em seu convívio, pessoa atuante, grande engenheiro agrônomo e pai exemplar.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente:

O deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Mercado Municipal de Curitiba, pela comemoração de seus 44 anos.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Mercado Municipal de Curitiba completou em data de 02 de agosto de 2002, seus 44 anos de existência. Atualmente contando com 190 lojas e 132 bancas de produtos hortifrutigranjeiros, o Mercado Municipal atende cerca de 80 mil pessoas todos os dias.

Fundado em 1958, já era na época um dos maiores referenciais da nossa cidade. Hoje possui 4,5 mil metros quadrados, é parada obrigatória para quem vem conhecer Curitiba, já que o comércio é variado, bem como as culturas que estão reunidas no local. Por ali passam diariamente gentes de todas as raças, de todas as camadas sociais e muitos lugares diferentes, o que faz com que o Mercado Municipal possua uma riqueza cultural muito grande.

Mesmo com o aumento de grandes supermercados e atacadistas, o Mercado Municipal mantém sua tradição de abrir muito cedo e possuir uma movimentação incommon e muito intensa. O comerciante mais antigo, senhor Curt Fiedler, abriu sua casa comercial no dia 04 de agosto de 1958, apenas dois dias após a inauguração do mercado, a Mercearia Sulina.

Hoje, após 44 anos, o Mercado Municipal cresceu e os comerciantes locais pretendem transformá-lo num shopping center de hortifrutigranjeiros, com mais espaços para alimentação e lazer. Atualmente encontra-se em reforma, o que permitirá melhorias no trânsito dos compradores e o atendimento em geral.

Pela comemoração de seus gloriosos 44 anos, receba o Mercado Municipal de Curitiba, através de sua administração os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente:

O deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Ceasa - Central de Abastecimento do Paraná, pela comemoração de seus 26 anos.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa está completando seus 26 anos, Foi inaugurada oficialmente em 06 de agosto de 1976, pelo então presidente Ernesto Geisel, tendo como governador do Estado do Paraná, o senhor Jaime Canet Júnior e prefeito de Curitiba o senhor Saul Raiz.

Nos primeiros seis meses de atividade, o volume comercializado da Ceasa chegou a 83 mil toneladas de produtos e já no ano seguinte a comercialização da unidade dobrou, chegando a 195 mil toneladas.

A unidade curitibana ocupa hoje a quarta colocação no País entre as empresas do gênero. Nestes 26 anos a Ceasa/PR, movimentou mais de 10 milhões, e mais de 750 mil toneladas de hortifrutigranjeiros. A média anual da unidade, de 681 mil toneladas tem se mantido proporcional também ao movimento das outras quatro Ceasas no Estado- Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Pela comemoração de seus gloriosos 26 anos ajudando a movimentar a economia do nosso Paraná, receba a Central de Abastecimento do Paraná- Ceasa/PR (Av. João Gualberto, 1740- 4º andar - Juvevê- 80030-001- Curitiba-Paraná), através de seu presidente os votos de congratulações do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Museu Botânico Municipal, pela comemoração de seus 37 anos.

Sala das Sessões, em 13.08.002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Museu Botânico Municipal de Curitiba, comemorou recentemente 37 anos de existência. Fundado no ano de 1965, a partir de acervo pessoal doado pelo botânico curitibano Gerdt Hatschbach, o Museu Municipal está localizado dentro do Jardim Botânico de Curitiba.

O local é uma referência nacional e muito visitado, especialmente por turistas que se encantam com sua grande variedade. Além das plantas o museu possui também muitas fotos sobre o trabalho de campo de pesquisadores, além de pertences de seu fundador, como um facão de coleta da década de 40 e livros raros sobre Botânica. Ali também estão expostos muitas árvores e plantas em extinção (cactus, orquídeas, bromélias etc).

Uma visita ao Museu é muito instrutiva e o local agradável. A riqueza do acervo é sem dúvida um grande atrativo não só para turistas, mas para muitos estudiosos que vêm a Curitiba para visitá-lo.

Pela comemoração de seu gloriosos 37 anos de fundação, receba o Museu Municipal de Curitiba (Rua Ostoja Roguski, s/nº - Bairro Jardim Botânico - CEP 80210-390 - Curitiba/PR,) os votos e congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro Acadêmico Hugo Simas, pela comemoração de seus 71 anos.

Sala das Sessões, em 13.08.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) comemorou na última semana seus 71 anos de existência. São 71 anos de tradição de lutas e formação de lideranças políticas e jurídicas.

Fundado em 1931, sua história confunde-se com a própria história dos partidos políticos fortes no período político pós-guerra e simboliza uma das principais resistências estudantis à ditadura militar, no final dos anos 60.

Desde a sua fundação até hoje, uma galeria de notáveis defendeu os principais ideais que sempre marcaram a trajetória do CAHS. Entre seus presidentes nestas sete décadas, figuram nomes como de ex-governadores, desembargadores, juristas famosos, políticos e outras personalidades conhecidas pela atuação no direito e em várias áreas. Estas personalidades ajudaram a construir o que hoje é o CAHS, que foi um dos dois únicos Centros Acadêmicos que não foram fechados pelo Exército (o outro foi o Curso de Direito da Universidade de São Paulo-SP).

Pela comemoração dos gloriosos 71 anos de existência, receba o Centro Acadêmico Hugo Simas (Praça Santos Andrade, 50 sub-solo - CEP 80020-200- Curitiba/PR), através de seu presidente, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N 2032

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Economia, pela comemoração do Dia do Economista.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Dia 13 de agosto comemora-se o Dia do Economista. Este é um profissional que a partir de um bom domínio da Ciência Econômica está capacitado para intervir no processo social, oferecendo a melhor contribuição específica sobre aspectos que são privativos de sua profissão. Segundo José Pedro Mansur, "Economista não é aquele que faz orçamentos, planejamentos, análises de investimentos, etc. mas é aquele profissional que além de exercer todas estas funções é capaz de pensá-las dentro de um contexto geral de todo o profissional especial, que se distingue dos outros que utilizam técnicas similares. Ele encaixa a reflexão (e conseqüente prática) de cada problema ligado a estes já especificados, distribuição e produção, a um quadro mais amplo, quer dizer, dentro do sistema econômico".

No Estado do Paraná existem 23 estabelecimentos de ensino superior com curso de Economia e os níveis de formação profissional vão de graduação à pós-doutorado. O mercado de trabalho do economista, tendo em vista sua formação generalista, apresenta oportunidades no setor público e no setor privado.

Para que o bacharel em Ciência Econômicas exerça sua profissão deve estar devidamente registrado no Corecon (Conselho Regional de Contabilidade) que expedirá a Carteira de Identidade Profissional. Esta habilitação legal pode ser conferida a todos àqueles que são bacharéis diplomados no Brasil.

O economista é o profissional mais necessário nos dias de hoje, quando a economia mundial, em avançado estado de globalização enfrenta as diferenças de mercado. Pela comemoração do Dia do Economista, receba o Conselho Regional de Economia (Rua Nicolau Maeder, 89 - Alto da Glória - CEP 80030-300 - Curitiba/PR) através de seu presidente, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao senhor Mauro Merigue, alusivo a posse como presidente da Associação Comercial e Industrial da cidade de Ivaiporã, extensivo, também, aos demais membros da diretoria. Evento a ser realizado na data de hoje, 13 de agosto de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Paraná, nº 116, 1º andar, sala 5 - CEP 86870-000 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 13.08.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente requerer votos de congratulações ao senhor Marcos Domakoski, pela reeleição obtida frente a presidência da Associação Comercial do Paraná para o biênio 2002/2004.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço no endereço sito a Rua XV de Novembro, 621- Centro/Curitiba/PR, CEP 80.020.925.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 560/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar ou reduzir a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Presta-

ções de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, através de Regime Fiscal Diferenciado aos estabelecimentos comerciais instalados no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Fazenda, regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O município de Foz do Iguaçu têm uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

- I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;
- II - construção da Hidrelétrica de Itaipu; e,
- III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 1970, teve o início do segundo ciclo, "A construção da Hidrelétrica de Itaipu", verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no Rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o País, juntamente com o pessoal técnico de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de 70 no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de 90 quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes. dados que permitem inferir a natureza dos problemas sócio-econômicos que a cidade enfrenta devido ao rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado de 1986 e a exportação que floresceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu, quanto a Ciudad Del Este receberam forte fluxo migratório que proporcionou à cidade um espantoso desenvolvimento, pois no auge do turismo de compra a região oferecia oportunidade de renda a todos que aqui chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compristas que chegou em 1994 a cerca de 3.50000, se multiplicou de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média, cada comprista deixara 50 dólares em Foz do Iguaçu e 1.500 dólares em Ciudad Del Este e 150 dólares no trajeto.

Neste período Ciudad Del Este se tornou o terceiro centro comercial do Planeta, com um movimento financeiro em torno de 12 bilhões de dólares/ano.

Com a implantação do Mercosul, que facilitou as exportações e importações, o turismo de compra e o comércio exportador de Foz do Iguaçu foram praticamente nocauteados.

No ano de 1994 o número de turista excluindo-se os visitantes do Parque Nacional, foi aproximadamente 3.500.000. Já no ano de 2000 esse número foi apenas de 900.000, verificando-se uma queda acentuada na ordem de 2.400.000 compristas, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

O desemprego de Foz do Iguaçu atinge cerca de 35.000 pessoas, aproximadamente 13% da população oficial do município contada pelo Censo do IBGE realizado no ano de 2000. Esse índice é acima da média nacional, que é aproximadamente 8% da população brasileira. Responsabilidade que pesa, não somente para o município, mas também para os governos estadual e federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

É necessário observar que o município não tem indústrias nem agricultura, porém tem um segmento que pode vir a ser ainda melhor para o seu desenvolvimento, que é o setor de serviços e de comércio voltado para o mercado externo, principalmente aos países da triplíce fronteira.

A alta da moeda americana e os acordos realizados com os países do Mercosul criaram dificuldades imensas para os comerciantes do município de Foz do Iguaçu, ocasionando falências e desemprego em massa.

Diante do exposto, conta o signatário com o apoio dos demais pares para aprovação da matéria em pauta, que tem por objetivo reduzir a carga fiscal e criar fato novo minimizando a crise que se abateu sobre o comércio e sobre a comunidade de Foz do Iguaçu.

PROJETO DE LEI Nº 561/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, no município de Medianeira.

Parágrafo Único - Serão mantidos os atuais cursos do currículo universitário da extensão existente no município de Medianeira, com possibilidade de instalação de outros cursos de acordo com planejamento da Unioeste.

Art. 2º - Fica, também, autorizado o Poder Executivo a abrir novos créditos suplementares da dotação orçamentária destinada a Unioeste, no sentido de custear a criação e implantação de novos cursos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de criar no município de Medianeira um *campus* da Unioeste.

Tendo em vista o grande interesse da comunidade de Medianeira e de toda a região na aprovação do presente plano de lei, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 562/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado Viaduto Manoel Rodrigo Cominese, o cruzamento da Av. Airton Sena com a Av. Roque Vernalha, no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em epígrafe objetiva denominar Viaduto Manoel Rodrigo Cominese, o cruzamento da Av. Airton Sena com a Av. Roque Vernalha, no município de Paranaguá.

A proposição em tela é uma justa homenagem ao senhor Manoel Rodrigo Cominese, um importante empresário do município de Paranaguá, cujos empreendimentos tiveram fundamental importância para o desenvolvimento daquela cidade.

Destaca-se, dentre outros, a presença marcada na vinda para Paranaguá da Contibrasil e Coimbra, organizações internacionais ligadas, respectivamente aos grupos Ginagren e Dreyfus; na criação da Plumar, uma armadora nacional que lançou ao mar 10 (dez) navios transportadores de produtos químicos, atuando entre o Brasil e o Oriente Médio; na fundação e administração da Graninter, também vinculada ao transporte marítimo de produtos químicos com uma frota inicial de 02 (dois) navios próprios; no advento da empresa Placas do Paraná, na qual era sócio em igualdade de condições com o empresário Orlando Otto Kesemodel; na instalação da Volvo do Brasil em Curitiba, da qual foi acionista.

A obra de Manoel Rodrigo Cominese vai muito além de sua espetacular visão empreendedora, destacando-se em igual grandeza pelas inúmeras obras beneficentes e filantrópicas que realizou em Paranaguá.

Assim, certo de que o projeto de lei ora apresentado é uma justa homenagem ao povo de Paranaguá e a seu filho ilustre, solicitamos o apoio e posterior aprovação dos nobres pares desta colenda Casa.

PROJETO DE LEI Nº 563/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao senhor Alfredo Gelinski.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O senhor Alfredo Gelinski nasceu em 30 de maio de 1933, na Colônia Taquari, no município de Ponta Grossa, filho de Waldomiro Gelinski e Antonio Skoczynski.

Seus pais eram camponeses de origem polonesa, descendentes daqueles grupos de imigrantes que colonizaram o Estado do Paraná a partir do século XIX, legando a todos nós coragem, perseverança, trabalho e progresso.

Menino, Alfredo Gelinski perdeu sua mãe e foi criado pelo pai, pela irmã e pela madrastra.

Viveu vida de menino do campo, morando em casa de fogão à lenha e estudando em escola rural, distante a 8 (oito) quilômetros da residência.

Em 1945, com 12 (doze) anos perdeu o pai e passou horas difíceis com os seus, enfrentando dificuldades de toda sorte.

Alfredo Gelinski, no entanto, com coragem e determinação, não esmoreceu, iniciando uma vida de trabalho, de realizações, com muita honestidade e amor ao próximo.

Na década de 1940, jovem ainda, mudou-se para a cidade de Guarapuava, onde trabalhou inicialmente como auxiliar em estabelecimento comercial, para tornar-se hoje um dos maiores empreendedores no município.

Com a mesma bravura e destemor daqueles primeiros heróis que colonizaram Guarapuava no século XIX, Alfredo Gelinski estabeleceu-se na cidade e no decorrer de praticamente meio século, transformou seu trabalho honesto e altruísta em realizações, em todas as atividades e setores.

Acreditando no turismo e no desenvolvimento dos negócios na Região Centro Oeste, construiu o Hotel Atalaia na cidade de Guarapuava, um hotel de luxo com 98 (noventa e oito) apartamentos e área construída de 10.000 metros quadrados.

Ele também foi pioneiro na incorporação e execução do primeiro shopping center na cidade de Guarapuava, com a construção do Edifício Maria Antonia, com 22 (vinte e dois) andares, comportando 32 (trinta e dois) apartamentos e uma área comercial com 4.000 metros quadrados.

Como sempre acreditou no desenvolvimento urbano da cidade de Guarapuava e na vocação agrícola e

pecuária da região, atua nessa área com muita desenvoltura, por intermédio de várias empresas, integrantes do conglomerado que leva o seu sobrenome: Gelinski Madeiras Ltda, Construtora Gelinski Ltda, Gelinski Agropecuária Ltda, Ponto Forte Materiais de Construção Ltda, Agropecuária Taquari e Fábrica São Miguel (de cimento).

A atuação de Alfredo Gelinski, hoje com quase 70 (setenta) anos de idade, todavia, não se limita a trabalho, produção de riquezas e geração de empregos.

Ciente, como cristão e como cidadão, que a solidariedade e o espírito público devem nortear a conduta do homem na Terra, ele também dedica-se à filantropia, obras sociais de relevante interesse científico ou comunitário.

Alfredo Gelinski, dentre inúmeras atividades, foi ou é membro do Conselho Deliberativo do Hospital São Vicente de Paulo; idealizador do Projeto da Incubadora Tecnológica, no Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico de Guarapuava (Cedeteg) e presidente do seu Conselho Deliberativo; membro do Conselho de Curadores da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro); presidente regional da Coordenadoria da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e vice-presidente estadual; presidente do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Guarapuava; diretor da Associação Atlético Batel, hoje uma equipe de futebol que representa a cidade de Guarapuava no Campeonato Paranaense de Futebol (profissional).

PROJETO DE LEI Nº 564/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam acrescidas alíneas “q” e “r” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com as seguintes redações:

“Art. 14 - ...

II - ...

...

q) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: códigos 4410 (painéis de partículas e painéis semelhantes de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos) e 4411 (painéis de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos);

r) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: códigos 3909.50.29 (blocos de espuma); 3916.20.00 (perfis de polímeros de cloreto de vinila); 3917 (tubos e seus acessórios); 3920 (outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares); e 3923 (artigos de transporte ou de embalagem, de plásticos; rolas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes, de plásticos)”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de propor a minoração da carga tributária relativa ao ICMS incidente sobre produtos selecionados, não apenas para recompor o poder competitivo como, também, integrar dentro do território paranaense a cadeia produtiva dos painéis, do setor plástico e da indústria moveleira.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 565/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a declarar de Utilidade Pública o Recanto da Terceira Idade São Carlos do Ivaí, situado na Rua Quintino Bocaiúva, s/n, município de São Carlos do Ivaí - PR, CNPJ 02.321.494/000-31.

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 566/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Exma. Sra. Maria do Carmo Cardoso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.2002.

(a) MARCOS ISFER

Líder do PPS/PR

JUSTIFICATIVA:

Maria do Carmo Cardoso, natural de Londrina, foi designada desembargadora federal para exercer funções no Tribunal Regional Federal da 1ª Região pela vaga do quinto constitucional destinada aos advogados. O Tribunal, com sede em Brasília, atende aos Estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato

Grosso, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, além do Distrito Federal.

Colou grau no curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1982. Concluiu pós-graduação em Direito Processual Civil e Penal pelo ICAT/AEUDF, em 1987. Atuou com professora auxiliar na matéria de Direito Romano, em 1983, na Faculdade de Direito Sociedade Universitária Augusto Mota/RJ, e como professora pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF, onde ministrou aulas para a cadeira de Teoria Geral do Processo I e II, de 1986 a 1991, quando passou a lecionar a matéria de Processo Civil III - Cautelares e Procedimentos Especiais, até agosto de 1993.

Advogada militante no Rio de Janeiro nas áreas do Direito Público e Privado, em abril de 1985 transferiu-se para Brasília. Foi assistente jurídico do Banco do Estado do Paraná no período de abril de 1984 a agosto de 1986, quando requereu exoneração. Desde agosto de 1986 é advogada militante em Brasília, sem impedimentos, com escritório próprio, exercendo a advocacia especialmente na área do Direito Público junto à Justiça Federal de 1ª e 2ª instância e Tribunais Superiores. Membro do Tribunal do Juri da Justiça do DF e Território. Foi designada conciliadora para a primeira gestão do Juizado Informal de Pequenas Causas do TJDF, em 1989. Participante do Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial na gestão do Dr. Geraldo Ataliba, em 1990. Em sua atuação profissional destaca-se o patrocínio da defesa do primeiro caso de ação penal originária do Superior Tribunal de Justiça. Foi indicada "Personalidade Feminina de 1999", com destaque na área jurídica pela Associação dos Empresários do RS, SC, PR e Mercosul, e membro da Associação de Mulheres e Carreira Jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sra. Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores e senhora deputada, fiquei feliz com a notícia que soube no início desta tarde que passou o projeto do Plano de Carreira da Polícia Civil. Acabou de ser aprovado na CCJ e esperamos que venha para esta Casa e seja votado o mais breve possível, porque essa é uma grande reivindicação da Polícia Civil. Esperamos poder votar o mais breve possível para atender esse pedido que, com certeza, será um projeto muito bem aceito nesta Casa, esperamos que seja sancionado pelo governador para atender à reivindicação dessa categoria.

Senhor presidente, no dia de ontem tivemos várias manifestações dos suinocultores. Tivemos uma reunião da CPI dos Alimentos, conduzida pelo nosso presidente Orlando Pessuti onde centenas de suinocultores participaram. Depois, a manifestação nesta Casa, no início e no

final da tarde, uma audiência com o secretário da Agricultura, Deni Schwartz e dessa audiência saímos animados, porque, de certa forma, houve um certo compromisso do secretário de no mínimo, tentar resolver algumas das principais reivindicações dos suinocultores. Lá estiveram os deputados Ademir Bier, Eli Guellere e o Pessuti que inclusive é o presidente da nossa CPI dos Alimentos e as reivindicações são extremamente necessárias para salvarmos a suinocultura do Estado do Paraná. Bem disse o representante dos suinocultores do Estado de São Paulo, na audiência que tivemos na parte da manhã, que se falir a suinocultura do Estado do Paraná, provavelmente quase cem por cento que vai falir a suinocultura de São Paulo.

Então é nesse sentido que nós precisamos urgentemente que os nossos governos, seja o do Estado ou o federal, ajudem o setor da suinocultura, porque a gente sente que as pessoas não estão mais conseguindo sobreviver, não estão conseguindo manter essa atividade e se a suinocultura falir, com certeza vamos ter milhares de pessoas desempregadas que hoje sobrevivem dessa atividade.

É muito importante o apoio do governo do Paraná e do governo federal e esperamos que os governos comecem a fazer políticas de solução, porque o que a gente tem visto, são políticas compensatórias que hoje não resolvem o problema que a agricultura familiar enfrenta, o problema que as pequenas e médias empresas enfrentam e o problema do desemprego que está aí. Só surgem políticas compensatórias mas não políticas de solução.

É preciso uma nova política e esperamos que agora, no próximo dia 06 de outubro aconteça essa mudança e que os próximos governantes do nosso país, do nosso Estado tenham a compreensão do que realmente precisamos para fazer crescer o nosso país e também, fazer crescer o Estado do Paraná.

Eu gostaria de falar que, por falar em eleição, agora no final de semana acontece mais uma feira do melado na região sudoeste, no município de Capanema e um dos acontecimentos dessa feira é uma reunião com os candidatos ao governo pelo Estado do Paraná. Nessa reunião, promovida pela Cansop 13 e 14, reunindo os 42 municípios da região sudoeste, será entregue uma pauta de reivindicações aos candidatos ao governo e nessa pauta, constam os principais pedidos e reivindicações da região sudoeste e a gente sabe que uma das grandes necessidades da região sudoeste é a implantação do Hospital Regional. Nós apresentamos um projeto. Foi aprovado, foi sancionado pelo governador Jaime Lerner mas infelizmente já fez um ano e até agora não houve nenhuma vontade política do governador Jaime Lerner em implantar esse projeto.

Talvez falam que o governador é bastante insensível à saúde do povo sudoestino porque o povo de lá precisa viajar 500, 600 kms. para vir até a capital para ter um atendimento à saúde, um atendimento mais especializado, um atendimento que a gente chama de alta com-

plexidade. Felizmente o projeto foi aprovado mas, infelizmente o governo Jaime Lerner não se interessou e não implantou esse hospital regional que é um sonho muito antigo das nossas entidades, das organizações da região sudoeste e que é uma necessidade do povo do sudoeste e que seja implantado e que venha atender essas necessidades na questão da saúde que hoje dificulta o atendimento e que causa um grande desconforto para as pessoas que precisam viajar uma tamanha distância para poder ter um atendimento à saúde.

Senhores deputados, senhor presidente: o que esperamos é que nesse dia, nessa reunião que vai acontecer no próximo sábado, no município de Capanema, os candidatos ao governo do Estado do Paraná, ao receberem essa pauta de reivindicações se comprometam, realmente a gente espera um comprometimento, mas não só um comprometimento de alguém que está em campanha mas de quem, se for eleito, vá atender às reivindicações do sudoeste do Paraná e a principal que a gente cita aqui, que é uma das grandes reivindicações, é a implantação desse hospital regional.

Obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência registra com satisfação a presença em nossa galeria do ex-prefeito de Mallet, Sr. Cezar Flemig.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, quero, neste início de trabalho da Sessão de hoje, dizer que foi importante a reunião, às 13h30min. da CCJ desta Casa, com a presença de oito companheiros parlamentares, deputado Basílio Zanusso, presidente; deputados Pessuti, Marcos Isfer, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Sérgio Spada e este parlamentar.

Com a presença desses companheiros foi possível que a CCJ hoje desse pareceres a mais de 30 projetos de lei dos senhores parlamentares e algumas mensagens enviadas pelo Poder Executivo também. Uma dessas mensagens é a que dispõe sobre a estrutura das carreiras dos policiais civis do Estado e que adota outras providências, quer dizer, que adota outras providências.

Uma iniciativa do governo do Estado que visa a reestruturação de vencimentos, extinguindo, incorporando algumas vantagens pecuárias atribuídas a policiais civis de base, da Polícia Civil do Paraná, bem como a extinção, criação de novas carreiras no âmbito da instituição da Polícia Civil.

É um projeto que vinha se arrastando já há mais de dois anos em uma Comissão formada por vários companheiros da União da Polícia Civil, aqui representada pelo seu presidente Wilson Villa e do Sinclapol - Sindicato dos Policiais Civis, na pessoa do senhor presidente e outros seus representantes.

A categoria da Polícia Civil unida estudou, analisou, debateu, ofereceu idéias, propostas que foram levadas ao longo desses dois anos ao Executivo do Estado, e sempre recebendo o compromisso de que essas reivindicações seriam atendidas pelo governo. No entanto o tempo foi passando mudando-se vários secretários que haviam assumido o compromisso, e essa reivindicação não vinha para esta Casa.

Há dez dias atrás a governadora em exercício, Emília Belinati, o secretário da Administração, o secretário da Segurança Pública, acabaram então encaminhando para a Assembléia essa Mensagem, que aqui recebeu o número 529/2002.

E graças a Deus, graças ao estudo aprofundado feito pela minha assessoria, auxiliada pelos companheiros policiais civis, em algumas noites e madrugadas, como ocorreu também por ocasião do projeto de V. Exa. deputado Hermas Brandão que tratava de aposentadoria especial aos policiais civis.

Procuramos em projetos dessa natureza, e hoje mesmo o senhor presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Basílio Zanusso, fazia menção à nossa preocupação em nos aprofundar em encontrar subsídios que tornassem cada vez mais fortes os pareceres na questão da legalidade e da constitucionalidade.

E por isso tudo hoje à tarde nós tivemos portanto uma Sessão, uma reunião da CCJ que recebeu mais de quarenta policiais civis que vieram acompanhar e testemunhar essa leitura feita por mim desse relatório, deste parecer em relação a esta matéria.

Quero dizer a V. Exa. e aos demais parlamentares de que estamos gratificados, gratificados porque os companheiros parlamentares que estavam presentes à Sessão, também sensíveis a essas reivindicações, o deputado Basílio Zanusso, deputado Pessuti, deputado Isfer, deputado Genari, deputado Fonseca, deputada Serafina, deputado Spada, sensíveis a esse clamor da classe policial não tiveram nenhuma dúvida em aprovar por unanimidade o nosso parecer.

Isso realmente foi um passo importante para que esse projeto possa ter o devido andamento.

Tenho certeza absoluta, e me confidenciava agora há pouco o deputado Ricardo Chab, outra pessoa que sabe da dificuldade que enfrenta o policial civil no seu dia-a-dia; da mesma forma o deputado Alborghetti, que fazem parte da Comissão de Segurança Pública, de que também, se possível ainda hoje devem dar o parecer favorável na Comissão de Segurança Pública desta Casa. Com isso já viabilizando para que na próxima semana, se tivermos sorte de termos aqui número suficiente para quórum, já votar esta matéria que tramita em regime de urgência, e que será então encaminhando ao governador para que venha sancioná-la, e com isso gratificando, reconhecendo a necessidade da melhoria salarial do policial civil do Estado do Paraná.

Senhor presidente, para encerrar, quero também dizer que uma outra categoria, uma outra corporação

também está clamando neste instante pela melhoria salarial. E nós que acompanhamos, juntamente com essa comissão de policiais civis, naquela ocasião também incorporada com policiais militares, e que estivemos em várias ocasiões no Palácio Iguaçu reivindicando de quando enviassem para esta Casa uma Mensagem para uma instituição, como foi para a polícia civil, se encaminhasse ao mesmo instante uma Mensagem também relacionada à polícia militar.

Hoje pela manhã ainda tive uma reunião com o coronel Foltran, comandante da Polícia Militar. Hoje à tarde também estiveram o Coronel e mais alguns oficiais em visita ao presidente desta Casa deputado Hermas Brandão, pedindo que esta Casa também faça a cobrança no sentido de que venha também essa mensagem. Não há nenhuma divergência, nenhuma rivalidade entre a instituição da Polícia Civil e a Corporação da Polícia Militar. Em nenhum instante a Polícia Militar colocou qualquer empecilho para que essa Mensagem que beneficia os Policiais Civis tivesse o seu trâmite normal.

Mas, estão a reivindicar também, como faço, senhor presidente, para que também o governo do Estado, tenho certeza que V. Exa, já deve ter feito contato, se não fez o fará ainda hoje com a Casa Civil, com o secretário da Administração e com o próprio governador, porque afinal de contas também a Polícia Militar precisa de um atendimento por parte do governo do Estado.

Eu aqui também quero colocar a minha disposição de somar nessa reivindicação da nossa gloriosa Polícia Militar.

Agradecemos, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Nós agradecemos hoje os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça pelo trabalho realizado no dia de hoje, dando um parecer em diversos projetos de leis especialmente da Polícia Civil, e também mantivemos entendimento com o presidente da Comissão de Segurança, deputado Ricardo Chab, que vai - fazer uma reunião extraordinária hoje, para dar o parecer e nós estamos determinando a inclusão na pauta da Ordem do Dia de segunda-feira da próxima semana.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente, também não há oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

A decisão de V. Exa. é extremamente inteligente, porque temos que adiantar os trabalhos. Senhor presidente, V. Exa. disse que vai pôr o Projeto de Lei Complementar 529/2002, na sessão de segunda-feira. Quero parabenizar o relatório do deputado Algaci Tulio, que com muita propriedade deu parecer favorável a essa matéria esmiuçando toda ela, de forma competente, inteligente e essa proposição vai receber o apoio integral da Bancada do PMDB aqui na Assembléia Legislativa.

O. SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 32 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 32/2002, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Santo Antônio do Caiuá, do imóvel de propriedade do Estado, situado no referido município à Avenida São João, quadra 03, com área de 600,00 m², registrado no Cartário de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 033/2002, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que “os entes da administração pública, direta ou indireta, do Estado do Paraná, poderão compensar débitos, vencidos ou vincendos, relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Fazenda do Estado, com créditos, líquidos e certos, que detenham, inclusive por cessão, contra União Federal e que por ela sejam aceitos para quitação de débitos correntes do Estado junto à mesma. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2001, que

autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, § 1º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). **PARECERS FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 628/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, § 1º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônima).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Ademar Traiano, José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Orlando Pesutti.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, conforme especifica. (Precatórios). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Bom Sucesso do Sul e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovado a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovado a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que altera o artigo 1º da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas disciplinares para declaração de Utilidade Pública de Entidades no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado a emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escolas Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre dados estatísticos de acidentes de trânsito no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

jeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que denomina "Professor Carlos Augusto Mungo Genez" o Centro de Educação Profissional de Londrina, localizado no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 363/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais.

Há que se destacar que o censo populacional dos portadores de necessidades especiais já foi efetuado pelo Governo Federal através do Censo 2000.

Todavia, o projeto não encontra óbices de natureza legal ou constitucional, cabendo a Comissão de Finanças desta Casa de Leis analisar a oportunidade e conveniência da realização de tal pleito, tendo em vista os esforços do Governo Federal neste sentido, bem como o elevado custo financeiro para o Estado do Paraná.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 363/2001

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo, dispor sobre o censo populacional dos portadores de necessidade especiais.

A matéria foi analisada anteriormente quanto a sua legalidade e constitucionalidade, pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou seu parecer favorável, à aprovação da mesma.

Chamada a opinar, esta douta Comissão de Finanças, entende que a proposta em análise, visa instituir o

censo populacional dos portadores de necessidades especiais, a nível estadual, pois há de se ressaltar, que a mesma iniciativa já foi efetuada pelo Governo Federal, através do Censo 2000.

A Constituição Estadual dispõe no artigo 12, inciso II, quanto à competência do Estado, aos cuidados com o saúde, e da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. Ainda, no artigo 14, da mesma Constituição Estadual, dispõe sobre a celebração de convênios entre o Estado do Paraná com entidades de direito público ou privado, para a realização de obras ou serviços. Portanto, deparamo-nos com a legalidade da iniciativa associada a medida preventiva, e a liberação de recursos para a implementação do referido programa, o qual apresenta justificativas inerentes à sua instituição.

Neste sentido, no âmbito desta Comissão de Finanças, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, manifestando o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 363/2001, prosseguindo assim, sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 363/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais.

Chamada esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para emitir o seu parecer, observando que não existe nenhum óbice quanto a sua normal tramitação nesta Casa de Leis e de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças, vem manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 363/2001.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(a) RENATO GAÚCHO - Presidente e Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a instituir meia entrada para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, para doadores regulares de sangue, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 395/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Ademir Bier, tem por objetivo autorizar o Poder

Executivo a instituir meia entrada para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, para doadores regulares de sangue.

Chamada esta Comissão a se manifestar foi constatado que o projeto em tela é revestido de elevado teor social, possuindo caráter autorizatório, que possibilitará ao Poder Executivo atender ou não a presente proposta, merecendo a mesma a deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETOS DE LEI NºS 309 E 395/2001

P A R E C E R :

De autoria dos deputados Luiz Carlos Martins e Ademir Bier, os projetos de lei em pauta concedem desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue.

Os projetos de lei em pauta já receberam pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Casa de Leis. Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede pública e privada do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 168/2001, de 13/11/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 598/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa dispor sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos pré-escolar de 1º grau da rede pública e privada do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 598/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise por esta Comissão Técnica, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo dispor sobre o peso máximo tolerável do material escolar, transportado diariamente por alunos do pré-escolar e do 1º grau, da Rede Pública e Privada do Estado do Paraná.

A matéria foi analisada anteriormente no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública, seguimos o entendimento da Comissão supra citada, manifestando o parecer favorável à aprovação do projeto de lei ora em análise.

Sala das Comissões, em 20.03.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 598/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, o projeto de lei em pauta dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da Rede Pública e Privada do Estado do Paraná.

O projeto de lei em pauta já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Saúde desta Casa de Leis. Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Icaraíma, o terreno situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CTIC. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05/03/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 086/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao

município de Icaraíma, o terreno situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 086/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Icaraíma, o terreno situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça;

Chamada esta Comissão, de acordo com os ditames do art. 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, seguimos o mesmo entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Desta forma, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de Lei nº 86/2002, na forma da Emenda Corretiva apresentada pelo deputado Nelson Garcia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 086/2002

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, mediante doação, ao município de Icaraíma, o terreno de lotes nº 2, 3, 4, 5 e 6 da Quadra 05, com área total de 2.240m², situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma, Título de Propriedade nº 111 - do Livro 2, de "Títulos de Datas", com transcrição nº 8.270 do Cartório de Registro de Imóveis - 1º Ofício da Comarca de Umuarama, imóvel que foi doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 075/68, com o objetivo que o mesmo fosse aproveitado para a construção de uma colônia de férias para os funcionários do Departamento de Edificações e Obras Especiais, sendo que, até a presente data, o imóvel continua sem qualquer edificação ou utilização.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal exclusivamente para a construção de uma quadra de esporte coberta, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação

tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Apoioamento:

Nelson Garcia

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 086/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Icaraíma, o terreno situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma.

Chamada esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.2002.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que também fosse creditado os méritos do Projeto de Lei nº 358/2002, pois houve uma falha na publicação na Ordem do Dia, ao deputado Algaci Tulio e, muito especialmente, à deputada Serafina Carrilho, porque o nosso projeto, que pretende apenas instituir a obrigatoriedade de se apresentar o CNPJ quando dos projetos de utilidade pública, foi anexoado um projeto muito mais abrangente da deputada Serafina Carrilho, que faz todo um disciplinamento da questão da utilidade pública no Estado do Paraná.

Gostaria que na redação final fosse dado o crédito, porque é o dela de maior qualidade do que o meu e do deputado Algaci Tulio. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado e determinamos já à Mesa que proceda assim quando da confecção da Ordem do Dia da próxima Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2018, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2025, 2026 e 2040-A, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2028 a 2032, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2034, de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2036, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2039, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2038, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 309/2001; 308, 365, 366, 367, 375 e 390/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 487 e 628/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 363, 395 e 598/2001 e 086/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 465/2002 e do Projeto de Lei Complementar nº 529/2002.

Levanta-se a Sessão

Ata de Comissão:

14ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos deputados Algaci Tulio, Ademar Traiano e Hermes Fonseca. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária